

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ nº. 04.031.960/0001-70

NIRE 3130002009-6

Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2006.**

1. **Local, Data e Hora:** Na sede social da Companhia, na Av. do Contorno nº 8123, Cidade Jardim, em Belo Horizonte – MG, no dia 23 de Novembro de 2006, às 11 horas.
2. **Presenças:** Acionistas da Companhia representando a totalidade do capital social..
3. **Convocação:** Dispensada nos termos do artigo 124 § 4º da Lei 6.404/76.
4. **Mesa:** Presidente, Álvaro Furtado Andrade; Secretário, Sérgio Lins Andrade.
5. **Ordem do Dia**

(i) Aprovar a emissão pela Companhia e deliberar sobre os termos e condições da distribuição pública da 1ª emissão de 1.200 (um mil e duzentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografia, com garantia fidejussória prestada pela Construtora Andrade Gutierrez S.A. ("Interveniente Garantidora"), com valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal"), em série única ("Debêntures"), no montante total de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), observada a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures conforme disposto nos artigos 14, parágrafo 2º e artigo 24 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ("Instrução CVM nº 400"), a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação ("1ª Emissão"), nos termos do artigo 59 da Lei nº. 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do artigo 9º, parágrafo único, alínea "c" do Estatuto Social;

(ii) delegar, ao Conselho de Administração, poderes para deliberar sobre a remuneração das Debêntures, a ser definida em processo de *bookbuilding*, que será conduzido pela instituição líder da distribuição pública das Debêntures da 1ª Emissão ("Coordenador Líder") e pelos demais coordenadores da 1ª Emissão (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores"), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações; e



(iii) autorizar a diretoria da Companhia a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a distribuição pública das Debêntures.

6. Deliberações Tomadas pela Unanimidade dos Acionistas Presentes

(i) Foi aprovada e autorizada a emissão, pela Companhia, de 1.200 (um mil e duzentas) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com garantia fidejussória prestada pela Interviente Garantidora, em série única, com valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para distribuição pública sob o regime de garantia firme de colocação;

Com base no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, os Srs. Acionistas aprovaram pela unanimidade dos presentes os seguintes termos e condições da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia:

- A. Debêntures Adicionais. A quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá, a critério da Companhia e do Coordenador Líder e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos da “Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Andrade Gutierrez Participações S.A.” (“Escritura de Emissão”), ser aumentada até um montante que não exceda a 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 400 (“Debêntures Adicionais”). Será mantido preço único de subscrição das Debêntures Adicionais.
- B. Debêntures do Lote Suplementar. A Companhia poderá outorgar ao Coordenador Líder a opção de, após consulta e concordância prévia da Companhia, aumentar a quantidade de Debêntures a distribuir junto aos destinatários da 1ª Emissão, nas mesmas condições e preço das Debêntures, até um montante equivalente 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 (“Debêntures do Lote Suplementar” e “Opção das Debêntures do Lote Suplementar”). A Opção das Debêntures do Lote Suplementar poderá ser exercida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública, devendo o Coordenador Líder comunicar a Companhia, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência, da intenção dos Coordenadores de exercer a Opção das Debêntures do Lote Suplementar. O Coordenador Líder deverá informar à CVM, até o dia posterior ao do exercício da Opção das Debêntures do Lote Suplementar, a data do respectivo exercício



e a quantidade de Debêntures envolvidas, que deverá ser considerada para fins de registro da 1ª Emissão na CVM.

- C. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2006 ("Data de Emissão").
- D. Certificados. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.
- E. Prazo e Data de Vencimento. O prazo das Debêntures é de 06 (seis) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de dezembro de 2012 ("Data de Vencimento").
- F. Preço de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração das Debêntures, conforme definida abaixo, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.
- G. Remuneração das Debêntures. As Debêntures renderão juros correspondentes a percentual das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP,, a ser definido em processo de *bookbuilding* e deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia ("Remuneração das Debêntures") incidente sobre o Valor Nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data do pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização.
- H. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.
- I. Amortização e Pagamento do Principal. O Valor Nominal das Debêntures será amortizado de acordo com a tabela abaixo:

<u>Data de Amortização</u>	<u>Percentual do Valor Nominal a ser amortizado</u>
15 de dezembro de 2010	33,33%
15 de dezembro de 2011	33,33%
15 de dezembro de 2012	33,34%

- J. Recompra Obrigatória. A Companhia deverá notificar o Agente Fiduciário para que convoque assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre o rebaixamento, em mais de 2 (dois) níveis (*notches*), da classificação de



risco (*rating*) das Debêntures constante do respectivo anúncio de início de distribuição.

J.1 A notificação do Agente Fiduciário de que trata o presente item J deverá ser realizada pela Companhia em até 15 (quinze) dias após a ocorrência do evento.

J.2 Na assembléia geral de debenturistas, estes terão a opção de individualmente manifestarem a intenção de manter ou não a titularidade das suas Debêntures.

J.3 A Companhia se obriga a adquirir imediatamente a totalidade das Debêntures dos debenturistas que manifestarem da intenção em alienar suas Debêntures. As Debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal acrescido dos Juros Remuneratórios incidentes *pro rata temporis* desde a última data de pagamento até a data da efetiva recompra. Os debenturistas que se abstiverem ou não manifestarem interesse na recompra manterão a titularidade das Debêntures.

J.4 As debêntures adquiridas pela Companhia na forma deste item J poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia ou ser novamente colocadas no mercado.

K. Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário declarará, observados os procedimentos indicados neste item K, antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes da Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, bem como dos encargos moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) descumprimento, pela Companhia ou pela Interveniente Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária perante os debenturistas da Emissão, prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- ii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Companhia, a Interveniente Garantidora ou qualquer das Subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões reais) e que possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia previstas na Escritura de Emissão;



- iii) decretação de falência, pedido de auto-falência, pedido de recuperação judicial ou de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Companhia, da Interviente Garantidora ou de qualquer das Subsidiárias, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, bem como a liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção da Companhia, da Interviente Garantidora ou de qualquer das Subsidiárias;
- iv) caso a Companhia e/ou a Interviente Garantidora esteja(m) em mora com as obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a deliberação ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Companhia acima do mínimo legal, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76;
- v) descumprimento, pela Companhia e/ou pela Interviente Garantidora, quando aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- vi) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia, da Interviente Garantidora ou de qualquer Subsidiária não devidamente elidido no prazo legal, ou se a Companhia, e/ou a Interviente Garantidora ou qualquer subsidiárias propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- vii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou a Interviente Garantidora, bem como alteração do controle acionário da Companhia ou perda do controle acionário (para um terceiro que não seja a Andrade Gutierrez S.A.) da Interviente Garantidora, direto ou indireto, e/ou redução, por qualquer meio, da participação societária da Companhia na Andrade Gutierrez Concessões S.A. (CNPJ nº 03.601.314/0001-38) ("AG Concessões") e/ou Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. (CNPJ nº 71.057.921/0001-39) ("AG Telecom") que resulte na participação societária da Companhia nessas sociedades em percentual inferior a 50% mais uma ação ou quota, conforme o caso, com direito a voto;
- viii) inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Companhia, a Interviente Garantidora ou



qualquer das Subsidiárias, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e que possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia previstas na Escritura de Emissão;

- ix) protesto(s) legítimo(s) de título(s) de qualquer natureza contra a Companhia, a Interviente Garantidora, a AG Concessões ou a AG Telecom, cujo valor, isolado ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se (a) no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da indicação do protesto a Companhia, a Interviente Garantidora, a AG Concessões ou a AG Telecom, conforme o caso, tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (b) for cancelado, (c) for pago, ou ainda (d) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- x) intervenção ou extinção, por qualquer meio, pelo respectivo Poder Concedente, de qualquer concessão, permissão ou autorização para prestação de qualquer serviço ou atividade integrante do objeto social de qualquer das Subsidiárias que represente, individualmente ou de forma agregada, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor de qualquer lucro, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio, distribuído à AG Concessões e/ou AG Telecom nos últimos 12 (doze) meses anteriores à ocorrência do evento;
- xi) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Companhia, da Interviente Garantidora e/ou de qualquer das Subsidiárias, que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Companhia, a Interviente Garantidora e/ou qualquer Subsidiária de valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), e desde que referido valor de referida perda não tenha sido prévia e integralmente provisionado pela Emissora, a Interviente Garantidora e/ou qualquer Subsidiária;
- xii) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda pela Companhia ou qualquer Subsidiária, conforme o caso, da propriedade ou posse direta de mais de 25% (vinte e cinco por cento) dos ativos da Companhia ou Subsidiária;
- xiii) ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia ou de suas Subsidiárias, cujo



valor contábil unitário ou agregado seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, levantado com base na última demonstração financeira publicada, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu início;

- xiv) venda, cessão, transferência ou qualquer tipo de alienação, pela Companhia, pela Interveniente Garantidora, pela AG Concessões e/ou pela AG Telecom, de quaisquer bens do ativo permanente (exceto ativos registrados sob a rubrica "Investimentos") cujo valor unitário ou agregado durante 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e desde que tal venda, cessão, transferência ou qualquer forma de alienação não decorra do curso normal dos seus negócios;
- xv) redução do capital social da Emissora, da AG Concessões ou da AG Telecom, exceto (i) redução de capital da Emissora em montante correspondente até o total dos recursos obtidos com a Emissão; (ii) reduções de capital da Emissora para restituição do capital investido pelos acionistas da Companhia, limitado ao montante do lucro líquido consolidado de cada exercício, calculado na forma da Lei n.º 6.404/76, sendo consideradas para tal cálculo as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, excluído o valor dos respectivos dividendos ou juros eventualmente pagos ou propostos; ou, nos demais casos, (iii) se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, conforme previsto no artigo 174, §3º, da Lei n.º 6.404/76. Nos termos dos itens (i) e (ii) acima e para fins do disposto no artigo 174, §3º, da Lei nº 6.404/76, os debenturistas aprovarão, mediante a subscrição das debêntures, as reduções de capital realizadas conforme descrito em tais itens, sendo que o Agente Fiduciário se obrigará a tomar todas as medidas necessárias para concretizar tais reduções de capital;
- xvi) recompra pela Emissora, pela AG Concessões ou AG Telecom de suas próprias ações para cancelamento, acima dos limites da Instrução nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, da CVM (na hipótese de recompra), quando aplicável;
- xvii) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- xviii) concessão de qualquer garantia, por si ou por terceiros, ou constituição de qualquer privilégio a qualquer credor da

Companhia sem que sejam estendidos os mesmos privilégios ou garantias às Debêntures;

- xix) alteração do objeto social da Companhia, da Interviente Garantidora, da AG Concessões e/ou da AG Telecom, de forma que qualquer destas empresas deixem de atuar nos mercados em que atuam na data de celebração da Escritura de Emissão, ou realização de qualquer negócio não abrangido pelos mencionados objetos;
- xx) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia ou da Interviente Garantidora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em assembléia geral; ou
- xxi) caso a Escritura de Emissão torne-se inválida, ineficaz ou inexecutável contra a Companhia e/ou a Interviente Garantidora ou caso a executabilidade da Escritura de Emissão seja contestada pela Companhia e/ou a Interviente Garantidora ou, ainda, caso a Companhia e/ou a Interviente Garantidora negue que tem responsabilidade sobre a Escritura de Emissão.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (i) ao (iv) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos demais itens acima, quais sejam, os itens (v) ao (xxi), o agente fiduciário deverá convocar, em até 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento do evento, uma assembléia de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

No que se refere aos itens (v) ao (xxi) acima, após a realização da Assembléia de debenturistas e desde que os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) decidam por autorizar o Agente Fiduciário a assim fazê-lo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas neste item K, os respectivos valores de referência serão corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.



Para fins do disposto neste item K, o termo “Subsidiária”, no singular ou no plural, compreende, isolada ou conjuntamente, qualquer sociedade que possua ativos em valor igual ou superior a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na qual a Emissora detenha, direta ou indiretamente, participação societária.

- L. Local do Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), para as Debêntures registradas no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”); (ii) os procedimentos adotados pela CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, para as Debêntures registradas no Sistema de Negociação BOVESPA FIX (“BOVESPA FIX”); ou (iii) no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas, por meio do banco mandatário, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos debenturistas.
- M. Prorrogação dos Prazos. Os prazos poderão ser automaticamente prorrogados para o pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da 1ª Emissão, até o primeiro dia subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- N. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- O. Decadência do Direito aos Acréscimos. O não-comparecimento do detentor da Debênture para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia, nas datas a serem estipuladas na Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- P. Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, (A) para distribuição no mercado primário: (i) no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT (“SDT”),



administrado e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) no sistema de negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA ("BOVESPA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC ("CBLC"); e (B) para negociação no mercado secundário: (i) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) no sistema de negociação BOVESPA FIX, administrado pela BOVESPA, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CBLC.

As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso sejam objeto de distribuição pública, serão distribuídas sob o regime de melhores esforços. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da 1ª Emissão, com expressa anuência da Companhia, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme regras vigentes no país, levando em conta o perfil de risco e a adequação às Debêntures.

Q. Destinação dos Recursos. Os recursos líquidos obtidos por meio da 1ª Emissão de Debêntures serão destinados ao pagamento parcial de empréstimos-ponte realizados entre (i) a Andrade Gutierrez Concessões S.A., subsidiária da Companhia, e o Unibanco, e (ii) a Andrade Gutierrez S.A., controladora da Companhia, e o Unibanco. Tais empréstimos foram utilizados para financiar a aquisição de ações de emissão da Rio Minas Energia S.A.

(ii) Foi aprovada a delegação, ao Conselho de Administração, dos poderes para deliberar sobre a taxa de remuneração das Debêntures, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

(iii) A diretoria da Companhia fica desde já autorizada a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a distribuição pública das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) à prática dos atos necessários à celebração da Escritura de Emissão, seus respectivos aditamentos, o contrato de colocação e os demais contratos relativos à 1ª Emissão; (b) à contratação de uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras da



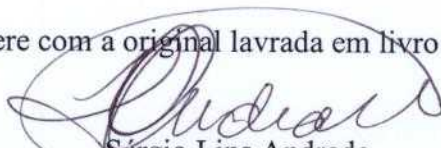
distribuição pública das debêntures; (c) à contratação de agente fiduciário, banco mandatário, escriturador, consultores jurídicos, a(s) agência(s) de classificação de risco, o auditor independente para emissão de carta de conforto e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização da 1ª Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários; e (d) a publicação e o registro de documentos perante os órgãos competentes e o devido registro da 1ª Emissão perante a CVM; em suma, praticar todos os atos necessários à realização da 1ª Emissão.

(iv) Os Acionistas aprovaram a publicação da presente Ata com omissão de assinaturas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.

7. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois de lida e aprovada vai assinada por todos os acionistas da Companhia. Belo Horizonte – MG, 23 de novembro de 2006. (aa) p/ Andrade Gutierrez S/A, Ricardo Henrique Lanza Campolina e Luiz Otávio Mourão; Sérgio Lins Andrade; Álvaro Furtado de Andrade e p/ Espólio de Roberto Gutierrez, Rodrigo Werneck Gutierrez.

Confere com a original lavrada em livro próprio.


Sérgio Lins Andrade
Secretário

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
	CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO.: 3659412	
	DATA: 07/12/2006	PROTOCOLO: 064082890
#ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPACOES S/A#		
 		
MARCOS VITO PRESIDENTE MARLENE DE PAULA BAMP SECRETÁRIA GERAL		